



Determinantes do Voto Ideológico

Determinants of Ideological Voting

ARK: 24285/RCC.v8i16.180

Recebido: 14/10/2024 | Aceito: 29/11/2024 | Publicado: 21/12/2024

Jonathan Kennedy Barbosa Felix¹

<https://orcid.org/0009-0002-1445-6183>

<https://lattes.cnpq.br/1224566416509711>

Centro Universitário do Distrito Federal – UDF

E-mail: email@gmail.com

André Felipe Rosa²

<https://orcid.org/0000-0003-2319-113X>

<https://lattes.cnpq.br/3361155786236088>

Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil

E-mail: andrecpol@gmail.com



Resumo

Este artigo visa discutir os determinantes do voto ideológico, seguindo a premissa dos clássicos da ciência política, sobretudo da Escola Americana de Estudos Eleitorais. Tendo em vista as flutuações de variáveis que impactam as preferências do eleitor, esta modalidade de voto volta a ganhar força, sobretudo a partir das eleições de 2018, onde o debate ideológico tomou conta da narrativa política das candidaturas.

Palavras-chave: Voto Ideológico. Estudos Eleitorais. Ciência Política. Psicologia Política.

Abstract

This article aims to discuss the determinants of ideological voting, following the premise of the classics of political science, especially the American School of Electoral Studies. Given the fluctuations in variables that impact voter preferences, this type of voting has gained strength again, especially since the 2018 elections, where the ideological debate took over the political narrative of the candidacies.

Keywords: Ideological Vote. Electoral Studies. Political Science. Political Psychology.

1. Introdução

Este artigo visa contribuir com os estudos eleitorais no âmbito do voto ideológico, espaço perdido pelos determinantes do voto econômico, mas que a partir das eleições de 2018 passa a ganhar mais força, sobretudo na eleição que levou Jair Messias Bolsonaro ao poder.

Nas eleições de 2018 o debate público passou a ser orientado por pautas relacionadas aos costumes, ideologia, e muito centrado em questões religiosas. Os evangélicos representam uma boa parcela do eleitorado brasileiro que é capaz de decidir uma eleição. Desta forma

, a narrativa ideológica toma conta do debate público e questões relacionadas a forma de educação nas escolas, passam a ganhar mais força e diminui a narrativa econômica, que por várias eleições foi determinante para delimitar os vencedores.

¹ Graduado em Ciência Política pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF.

² Graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Psicologia pela UCB e Especialista em Relações Institucionais pelo IBMEC/DF.

Os objetivos gerais constituem identificar o voto ideológico, enquanto os específicos dizem respeito a temas que estão relacionados ao voto ideológico.

Este estudo se justifica pela relevância do tema para a Ciência Política brasileira e para os estudos eleitorais na América Latina.

2. Metodologia

A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica sobre o tema, onde será analisado diversos fatores que compõe os determinantes do voto eleitoral. Os clássicos deste modelo científico serão abordados, como forma de estimar a forma como as preferências políticas são formadas a partir desses inputs políticos.

3. Resultados e Discussão

O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

3.1 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

O período da redemocratização vista no Brasil foi cercado por uma enérgica conversa institucional. A Constituição de 1988 não aceitou mudanças defendidas pelos comungantes da engenharia institucional. O sistema presidencialista foi conservado e o plebiscito de 1993 encerrou a escolha parlamentar. O princípio proporcional e a lista aberta continuam a comandar o processo de transformação de votos em cadeiras legislativas (Limongi, 2001)

Segundo Lijphart *et al.* (2003), o presidencialismo possui uma série de pressuposições básicas – e algumas podem rapidamente demonstrar o que esse sistema de governo exige: os eleitores devem escolher o seu Presidente de forma direta, o mandato do Presidente é fixo e independente do voto do Legislativo, o Presidente eleito comanda o Executivo nomeando seu governo e o Presidente eleito tem certos e limitados poderes Legislativos.

A Constituição Federal de 1988 transformou os eixos institucionais da sistemática política nacional, modificando completamente a sua atividade. A Carta Magna conservou a originalidade constitucional inserida pelas Constituições traçadas pelos Militares com intenções de garantir a supremacia legislativa do Poder Executivo com maior diligência à importância de suas propostas.

Na sequência, os artifícios Legislativos a serviço dos dirigentes partidários para liderar suas bancadas foram expandidos pelos regimentos internos das casas legislativas. Para Figueiredo e Limongi (2001), a separação dos poderes característica dos governos presidencialistas levaria ao comportamento irresponsável dos parlamentares, uma vez que a duração de seus mandatos não é influenciada pelos infortúnios políticos do presidente, somente os membros do partido presidencial teriam algum incentivo para cooperar.

Para Abranches (1988), todo processo de mudança de regime implica, em maior ou menor grau, descontinuidades e desajustes entre a composição de forças que promove o trânsito imediato entre a velha e a nova ordem e o conjunto de forças políticas que efetivamente conduzirá a (re)construção institucional.

Então, a estratégia mais conveniente para alguns políticos seria a recusa para a cooperação, ou seja, opor-se ao Governo e às propostas. Em contrapartida, o Presidente não teria motivação para contar com apoio dos congressistas para seu mandato. Seguindo esta linha de raciocínio, chega-se à inferência de que governos presidencialistas multipartidários não podem contar com o apoio político dos congressistas e tendem à paralisia. (Figueiredo; Limongi, 2001).

De acordo com Abranches (1988), o Brasil é o único país das nações democráticas que possui um sistema de presidencialismo de coalizão. É indispensável entender o funcionamento do presidencialismo de coalizão no Brasil. A atual República reflete a de 1946, desta forma conservou fragmentos da antiga República, principalmente no tocante à influência dos Estados no Governo Federal, através da trajetória política dos administradores públicos.

Para Figueiredo e Limongi (2001), o Poder Executivo tem uma grande influência devido deter o controle de agenda e esta agenda é formada e aprovada pelo Poder Legislativo na qual é ordenada através de sua centralização ao redor das normas que repartem benefícios parlamentares de acordo com os preceitos partidários.

O atributo que destaca a peculiaridade do padrão brasileiro examinado neste tópico é o presidencialismo. Para Abranches (1988), apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões.

Com o surgimento do multipartidarismo³, a forma de governar no modelo presidencialista converte-se em um alto nível de complexidade. A saída para resolução desta adversidade foi a formação de uma coalizão partidária obtendo na maior parte o Legislativo. Coalizão significa acordo político ou aliança interpartidária para a governabilidade de um governo. Strom (1990) reforça sobre a importância de firmar alianças inter partidárias, pois, as coalizões são constituídas pelo agrupamento de partidos que aprovaram alcançar objetivos em comum por meio de permuta de recursos para executá-las e a repartição do prêmio pela obtenção de sua conquista.

A conjectura prática das coalizões, apesar de demasiadamente caracterizada e ordenada no fundamento lógico das prioridades particulares, concorda constatar algumas indagações que auxiliam a percepção da confusa maneira política e institucional correlacionada a mandatos (governo) de aliança. Na maior parte, a observação de organizações políticas e sociais mais uniformes e constantes influencia a um destaque maior em coalizões.

Para Abranches (1988), a composição de coalizões abarca três fases específicas. Primeiro, a formação do pacto eleitoral, que exige consenso em volta de diretrizes programáticas irrisórias, comumente ampliadas e pouco específicas, e de princípios a serem cumpridos na criação do governo, após a conquista do pleito eleitoral. Segundo a composição do governo, no qual prepondera a disputa por cargos e compromissos relacionados a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. A terceira fase é a alteração do acordo em coalizão precisamente governante, quando manifesta-se, com toda força, o obstáculo da elaboração da agenda real de políticas, positiva e substantiva, e das condições de sua implementação.

A composição do governo, o desenvolvimento de seu programa de ação e do calendário negociado de eventos possui consequências diretas acerca da estabilidade futura. Em um mecanismo multipartidário, marcado pela divisão, o êxito do acordo, no rumo de um conchavo compreensível que combine as discordâncias e fomenta os detalhes de consenso, é crucial para preparar o agrupamento sistêmico político a acatar ou reter legitimamente questões políticas, sociais e econômicas competitivas e a formular um programa coerente e efetivo. Nesse conchavo é importante a substância das medidas e o calendário.

³ Multipartidarismo: Sistema político que admite a existência legal de vários partidos; pluripartidarismo. Fonte: Infopédia.

De acordo com Abranches (1988), os partidos na coalizão se enfrentam em manobras calculadas para obter cargos e influência decisória. Tal processo se faz por uma combinação de reflexão e cálculo, deliberação e improvisado, ensaio e erro, da qual resulta a fisionomia do governo. Grande parte das estratégias partidárias induz não apenas outros movimentos partidários, mas sobretudo, as próprias bases e, além de tudo, suas agremiações parlamentares e seus ativistas beneficiários desta coalizão.

Para Couto *et al.* (2021), o fenômeno das coalizões não se restringe a alguns países, podendo ser observado ao redor do mundo como um caminho para se governar em contextos democráticos. A sua combinação com o presidencialismo, herda uma grande tradição parlamentarista, que, a princípio, atestou a impossibilidade dessa combinação e, até mesmo, o fracasso do presidencialismo em manter regimes democráticos. Entretanto, a formação de coalizões sob regimes presidenciais já foi verificada empiricamente por diversos autores, e o avanço da temática esteve em compasso com desenhos comparados.

Em suma, a enorme dúvida que predomina relacionado às coalizões como uma forma aceitável, constante e moralmente admissível de se governar, em maior parte, de falta de desconhecimento a respeito do modo como diversos países governam. Distintivamente do que se pressupõe, governar através de alianças não é um acontecimento particular do Brasil e muito menos profundamente atrelado aos costumes políticos clientelistas. A criação de governos de coalizão reivindica a formação de acordos interpartidários e o compartilhamento de recursos por entre os membros com o objetivo de obter conquistas em conjunto e amparar governos regulares e/ou estáveis.

DETERMINANTES DO VOTO IDEOLÓGICO

Primeiramente, a palavra ideologia se apresenta pela primeira vez no ano de 1801 através do filósofo político Destutt de Tracy (*Éléments d'idéologie* - Elementos da ideologia). Em conjunto com Cabanis, com De Gérando e Volney, Tracy planejava criar uma ciência das ideias, tratando-as como acontecimentos naturais que correspondem ao vínculo do corpo humano, na qualidade de organismo vivo com o meio ambiente. Cria uma conjectura relacionada às capacidades sensíveis, responsáveis pela composição das nossas ideias, são elas: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). De acordo com Chauí (2001), contra a educação religiosa e metafísica, que permite assegurar o poder político de um monarca. De Tracy propõe o ensino das ciências físicas e químicas para formar um bom espírito, isto é, um espírito capaz de observar, decompor e recompor os fatos, sem se perder em vazias especulações.

O significado do termo ideologia veio de uma afirmação de Napoleão em uma palestra ao Conselho de Estado no ano de 1812, onde afirmou que: “Os infortúnios que afetam nossa bela França devem ser imputados à ideologia, essa apavorante metafísica⁴ que, procurando com sutilezas as causas quer criar sobre suas bases as leis dos povos, em vez de adequá-las à compreensão do coração humano e aos ensinamentos da história.” Desta forma, Napoleão mudava a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos, estes que se consideravam materialistas, realistas e anti metafísicos, foram denominados de “tenebrosos metafísicos”, incultos do realismo político que associa as leis ao coração do homem e aos ensinamentos da história.

⁴ A palavra metafísica vem do grego e o prefixo “meta” significa “além de”. O primeiro filósofo a tratar sobre o assunto, de maneira sistemática, foi Aristóteles. Fonte: <https://www.todamateria.com.br/metafisica/>

O grande princípio metodológico que permite tratar o fato social como coisa e liberar o cientista da ideologia é: “Tomar sempre para objeto da investigação um grupo de fenômenos previamente isolados e definidos por características exteriores que lhe sejam comuns e incluir na mesma investigação todos os que correspondem a essa definição”. Assim, o fato social, convertido em coisa científica, nada mais é do que um dado, previamente isolado, classificado e relacionado com outros por meio da semelhança ou constância das características externas. Esse objeto imóvel, dado, acabado, é conhecido quando classificado, comparado e submetido a leis de frequência e de constância (CHAUÍ, 2001)

A ideologia é um “ato” social, e, pelo fato de ser formada pelas convivências sociais, tem motivos determinantes para mostrar-se e se preservar, não se tratando apenas de uma acumulação de ideias deturpadas que afetam a ciência, mas um certo modo de criação das ideias pela sociedade, ou melhor dizendo, por formas históricas marcadas das relações sociais. A ideologia é o tema que estuda a origem e a formação das ideias compreendendo-se através de uma ciência introdutória. Para Marx e Engels (1998), a evolução das ideias era subordinada, dependente e predicativa. Os referidos autores reforçam que as ideias se sistematizaram na ideologia - síntese dos pensamentos, cujo os homens refletiam sua realidade particular de maneira enviesada e deformada.

Marx e Engels (1998), afirmam que a primeira e máxima ilusão, própria de toda ideologia, compreendia em imputar a criação da história dos homens. Perante a perspectiva da ideologia é que a história progride como execução da ideia absoluta, da consciência crítica, dos conceitos de liberdade e justiça e assim sucessivamente. Estas ideias não abrangem a própria existência, mas derivam da base material histórica. Desta maneira, a ideologia faz parte da esfera que Marx chamou de superestrutura. O pensador alemão criticou a religião comparando-a à superestrutura e que esta estava relacionada às pessoas dominantes à época e ninguém fazia questionamentos, simplesmente aceitava as coisas como viam, porém, Marx reforçava a importância de fazer questionamentos e entender a história como sistema (materialismo histórico-dialético), ou seja, o mundo em que vivemos surge através das relações materiais entre as pessoas. Por este motivo, Marx desferiu uma série de críticas às teorias hegelianas, pois, este caracteriza a ideologia como um agrupamento de ideias que a classe dominante usava para com a classe dominada e que esta permanecesse sob seu jugo.

O que se compreendia por consciência religiosa, representação religiosa, ganhou, adiante, diversas medidas. A evolução constituía-se em submeter ao campo dos cânones religiosos ou teológicos, às representações metafísicas, políticas e outras, aparentemente hegemônicas, simultaneamente afirmava-se a consciência política, jurídica e moral como consciência religiosa ou teológica, e o homem político, jurídico e moral (o homem) em última instância, no papel religioso. Estabeleceu-se o controle da religião e devagar, toda relação dominante foi reconhecida como vínculo religioso e modificada em culto: culto do direito, do Estado etc. Por todos os lados só importam os dogmas e a fé, desta forma, o mundo foi canonizado (santificado) numa proporção muito grande.

Os jovens hegelianos criticaram tudo, substituindo cada coisa por representações religiosas ou proclamando-a como teológica. Jovens e velhos hegelianos estão de acordo em acreditar que a religião, os conceitos e o universal reinavam no mundo existente. A única diferença é que uns combatem, como se fosse usurpação, o domínio que os outros celebram como legítimo (COSTA, 2001).

As ideologias crescem com um determinado conceito de autonomia, conforme a matéria tradicional específica acumulada, desempenham influência passada sobre a base econômica e condicionam as formas da evolução histórica. O proletariado é a única classe capaz de se libertar da ilusão ideológica em geral e alcançar a visão objetiva correta da história humana e da sociedade existente (MARX; ENGELS, 2001).

Sobretudo, baseado no estudo da formação social das ideologias, Marx e Engels transformaram a teoria política. Pela primeira vez na história das ideologias políticas, o Estado absteve-se como instituição representativa dos interesses como um todo e da sociedade. Os referidos autores apontam a ligação do Estado às ambições de interesse de uma classe social dominante. Marx e Engels são sucintos ao afirmar que: “O Estado se impõe na condição de comunidade dos homens. Mas é uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação. Por consequência, as lutas de classe que dilaceram a sociedade civil, devem tomar a forma de lutas políticas. De lutas travadas sobre o terreno do Estado enquanto poder geral e representante superior da própria sociedade civil” (MARX; ENGELS, 2001).

Diferente do que afirmava Hegel, o Estado não produz a sociedade, mas, é a sociedade que produz o Estado. A sociedade é a verdadeira pátria da história, abrange toda a troca material entre os sujeitos, numa determinada etapa de evolução das forças produtivas. A força da cooperação entre os homens constitui uma potência social que obtém o molde do Estado e mostra-se como poder alienado, à margem dos homens e fora de seu controle.

O Aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e intervenção repressoras, “a serviços das classes dominantes”, na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado, e isso certamente define sua “função” fundamental (ALTHUSSER, 1980).

O Estado não tem propósito se não atuar em sua atividade de poder estatal. A luta de classes gira em volta do Estado, ou seja, em torno do poder, isto é, da tomada e manutenção do poderio estatal por uma determinada classe. A história nos evidencia que o Estado sobreviveu pelas revoluções ao longo de várias épocas e contextos e pela ascensão política de uma parcela burguesa, isto significa que ele supera os acontecimentos políticos que atingem o seu poder estatal.

Devido ao livro *A ideologia Alemã* ter aparecido em uma época positivista, para Marx, a ideologia é criada como ilusão, um devaneio. Desta forma, a ideologia é pensada como uma construção imaginária no qual seu status é diretamente exato ao status teórico do sonho entre os autores anteriores a Freud. Para os tais autores, o sonho era apenas um devaneio, ou seja, um resultado imaginário ineficaz estruturado em um arranjo, ordem arbitrária e às vezes invertidos, ou seja, em uma desordem.

Para Marx, a ideologia é uma montagem imaginária, constituída pelos resíduos diurnos da única realidade plena e positiva: A da história concreta de indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência. É com base nisso que a ideologia não tem história em “*A ideologia alemã*”, já que sua história está fora dela; a única história existente é a história dos indivíduos concretos. O autor reforça que a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1980).

Então, definir ideologia em apenas um único significado inválida este estudo, afinal, é um tema amplo que passou por diversas transformações ao longo dos anos

e ainda e perpassa por vários autores, gerações e contextos, porém, para facilitar a compreensão é possível citar alguns significados sobre este tema que é atemporal:

- i) o processamento de elaboração de significados e conceitos na vida social;
- ii) o conjunto de doutrinas de um determinado grupo ou ciclo social;
- iii) posicionamento ideológico de um sujeito;
- iv) conjugação de discurso e poderio;
- v) o meio pelo qual os sujeitos vivem seus relacionamentos com uma estrutura social;
- vi) o processo através do qual a vida social é modificada em uma realidade natural.

Para Eagleton (1997), o termo ideologia é apenas uma maneira conveniente de classificar em uma única categoria uma porção de coisas diferentes que fazemos com signos⁵. De acordo com o autor, a ideologia luta para unir conceitos verbais e intuições sensoriais, mas a força do pensamento verdadeiramente crítico é demonstrar como a natureza insidiosamente figurativa, retórica do discurso sempre se interpõe para romper esse casamento auspicioso.

A ideologia é produzida através do discurso e todo discurso tem como finalidade a produção de certos efeitos em seus interlocutores e é encaminhado a partir de uma posição subjetiva tendenciosa e, é possível concluir que tudo o que falamos é questão de desenvolvimento retórico onde questões de realidade ou compreensão estão exclusivamente subordinadas.

O termo ideologia tem um amplo espectro de significados históricos, do sentido amplo de determinação social do pensamento até a ideia limitada de disposição de falsas ideias no interesse direto de uma classe dominante. Refere-se aos modos como os signos⁶, significados e valores ajudam a reproduzir um poder social dominante, mas também pode denotar qualquer conjuntura significativa entre discurso e interesses políticos (EAGLETON, 1997).

Em suma, a ideologia pode ser observada neste artigo como um tema discursivo pela qual os poderes sociais que se promovem chocam-se em relação a indagações relevantes para a reprodução do domínio social como um todo. Tal explicação provoca a suposição de que a ideologia é uma mensagem direcionada para a ação, em que a compreensão obedece ao benefício de preferências e vontades irracionais. Por este motivo, que dizer a palavra “ideologia/ideologicamente” na visão popular tem um tom pejorativo de oportunismo, recomendando deixar a verdade de lado em favor de objetivos menos honrados. A ideologia se apresenta neste material como uma falta retórica e persuasiva, focado mais na criação de efeitos políticos do que como realmente é a situação. É uma sátira, entretanto, que a ideologia seja vista por certas pessoas como algo pragmático e por outras teóricos, absolutista e fora da realidade.

Primeiramente, os determinantes do voto ideológico são inúmeros e variam de acordo com o contexto político, social e cultural de cada país. Entretanto, certos fatores contribuem para a formação ideológica do voto.

Para Lazarsfeld *et. al* (1944), a grande maioria das pessoas possuem pouco conhecimento sobre política e por esse motivo podem votar apenas de acordo com identificação partidária, ideologia pessoal, classe social e contexto econômico e etc.

Após anos de análises, Donovan (1998), alega que o vasto conhecimento sobre política não impacta na vida do eleitor quando os mesmos decidem tomar decisões políticas. Os eleitores decidem suas escolhas a partir de caminhos, como

⁵ Para Eagleton (1997), signos são entidades materiais.

⁶ O signo é um objeto material que representa outro. Fonte: Uol.

por exemplo, referências baseadas em amigos, ambientes que frequentam, grupos que participam e etc. Alguns autores afirmam que os eleitores podem tomar decisões eleitorais importantes sem saber o real motivo por trás dessas decisões, ou seja, processam as informações políticas em tempo real, absorvem ou descartam instantaneamente.

Para Bartels (1996), a falta de conhecimento político gera distorções no comportamento político individual e geral. Um dos fatores cabíveis no contexto brasileiro que é determinante no voto é que as pessoas não têm interesse por política, principalmente quando se fala de ideologia, as mais leigas tendem a se afastar desse tipo de pauta. Analisando novamente a realidade brasileira, não há motivos concretos para a ideologia ser o fator principal do comportamento político dos eleitores. Faltam as orientações básicas sobre as instituições, acesso à informações e o interesse do eleitorado pelo tema sobre política é limitado.

Para Tarouco e Madeira (2013), uma das principais causas é a desordem entre os estatutos jurídicos dos partidos e suas atitudes diárias. Para Zucco (2011), é a conjuntura entre ser parte do governo ou fazer parte da oposição. De acordo com o autor, se o partido for da oposição, move-se para a esquerda, e, se for governo, move-se para a direita, não há uma ideologia durável.

Em suma, para Oliveira e Turgeon (2015), a própria conjuntura política brasileira, até para pessoas mais sofisticadas, não é fácil estabelecer-se ideologicamente de forma conexa. Um eleitorado em que muitos não se auto posicionam não seria evidência favorável à ideia de que a ideologia importa. Auto Posicionar-se ideologicamente é um mínimo exigido. Esses determinantes não funcionam de forma isolada; eles estão interconectados e se influenciam mutuamente, criando um complexo cenário de decisão eleitoral que vai além de uma simples adesão a um conjunto de crenças.

4. Conclusão

Este artigo chegou à conclusão de que o voto ideológico vem tendo uma crescente nas eleições brasileiras e por essa razão deve ser melhor explorado no âmbito da ciência política na América Latina, bem como nos estudos da Psicologia Política.

Também chegou à conclusão que o processo ideológico ele é derivado de um processo sócio-histórico no qual o sujeito, ou seja, o eleitor está inserido. Desta forma, o eleitor, mesmo que estando submerso a um núcleo familiar de um determinado espectro ideológico, ele tende a modificar as suas motivações ao longo do tempo e, por essa razão e pela alta complexidade de que o tema é abordado, se faz necessário maiores investigações afins de perceber se essa tendência tende a permanecer nas próximas eleições e de que forma deverá ser tratada no âmbito empírico.

Referências

- Abranches, S. (1988). Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro, RJ, 5-34.
- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Borba, J. (2005). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: Alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro, 147-168, março.
- Chauí, M. (2001). *O que é ideologia*. Ribeirão Preto, SP: Brasiliense.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo, SP.
- Eagleton, T. (1970). Discurso e ideologia, 171-192, junho.
- Figueiredo, A., & Limongi, F. (2001). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Praia de Botafogo, RJ: FGV.
- Izumi, M. Y. (2019). Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil, 1-35, 16 de janeiro.
- Marx, K., & Engels, F. (2001). *A ideologia alemã*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Oliveira, C., & Turgeon, M. (2015). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro, 1-27.